



Anais da Assembléia

N.º 08

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 07 DE MARÇO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 004ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 1983

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Orlando Pessuti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adahil Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Deni Schwartz, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silverio, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto de Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcelos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Toguio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte
E X P E D I E N T E :

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata dos trabalhos de um voto de pesar pelo passamento do Senhor JOAQUIM FERREIRA LÚCIO, ocorrido no dia 03 próximo passado na cidade de Ubatã - PR.

Solicita outrossim, após sua aprovação, seja dado ciência à família enlutada, naquela cidade.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1983.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

JUSTIFICATIVA:

JOAQUIM FERREIRA LÚCIO, homem probo, comerciante, agricultor, um dos pioneiros de Ubatã - PR, ex-Vice-Prefeito, deixa uma lacuna nos meios da sociedade, onde se fez admirado e querido por sua luta e coragem.

Ao registrar seu falecimento, queremos deixar o testemunho de que homens como ele são exemplo para os que ficam e para as gerações de amanhã.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Ministro dos Transportes, Sr. Cloraldino Severo, solicitando a imediata interdição do tráfego na Rodovia do Café, em função das péssimas condições daquela via.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1983.

(a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

Em vários de seus trechos, a Rodovia do Café simplesmente desapareceu de seu leito, levando perigo de acidentes a milhares de veículos que por ali transitam. Existem crateras em todo o leito da estrada, praticamente impedindo o tráfego de caminhões pesados. Quando isso é possível, o risco da ocorrência de acidentes é muito grande. Somente a interdição da rodovia poderá possibilitar segurança aos motoristas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, consignar nos Anais da Casa, um voto de louvor ao diretor do jornal "Diário Popular", Dr. Abdo Aref Kudri, pelo transcurso do vigésimo aniversário.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1983.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a inserção em ata de um voto de louvor ao menor Rodrigo Faria, de dez anos de idade, pela conquista do título de campeão na categoria de duplas masculinas, no IV Torneio Mundial de Tênis (pré-infantil), realizado recentemente em Caracas.

Paranaense, de família curitibana, Rodrigo Faria, com esta vitória, veio engrandecer o esporte do Paraná, valorizando-o a nível internacional e, conseqüentemente, estimulando a prática do mesmo.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família de Rodrigo Faria.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1983.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente às Lideranças do Paraná junto a Câmara Federal, ao Ministro da Fazenda e Secretário da Receita Federal, solicitando que os mesmos intercedam junto à Receita Federal em Brasília; no sentido de que sejam mantidas as Agências da Receita Federal nos Municípios de Ubatã, Assaí e Pitanga.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1983.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie ofício à Câmara Federal, ao Senado Federal,

ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça e ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência Social, solicitando a elaboração de lei que conceda a aposentadoria à mulher que trabalha na lavoura.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O assunto em tela é sem dúvida alguma uma causa de justiça, uma causa de solidariedade, uma causa de esperança, pois trata-se da aposentadoria da mulher que na agricultura passou seus longos anos trabalhando não só para ajudar no orçamento de sua família, mas para colaborar com o desenvolvimento do País, que tem aí sua grande fonte de divisas e riquezas.

O que nós estranhamos sempre foi a concessão desse benefício somente dada aos homens, quando todos tem conhecimento que a mulher participa ativamente no trabalho agrícola juntamente com seus filhos.

E, diga-se, de passagem, que é ela quem mais trabalha, pois além do trabalho na lavoura, tem que cuidar dos afazeres domésticos e da manutenção do seu lar, enquanto seu companheiro descansa do dia rude da roça.

Mas, infelizmente, nossa legislação esqueceu e discriminou a mulher, colocando-a em segundo plano, tratando-a como menor e incapaz, não permitindo que ela após longos e sofridos anos de trabalho consiga se aposentar, vindo a gozar dos benefícios pelo seu incansável trabalho de ajudar o crescimento de nossa Pátria com sua força produtiva.

Há, portanto, necessidade que se corrija imediatamente esse erro, para que a mulher tenha também, seus direitos inalienáveis garantidos, para que a mesma, ao final de sua existência, consiga um meio eficaz de poder prover a sua subsistência, não ficando na dependência do homem, o qual já recebe um benefício aviltado pela alta do custo de vida hoje reinante em nosso País.

Devemos afirmar aqui, mais uma vez, alto e bom som, que essa injustiça é uma violência contra o ser humano, e que não assegurar à mulher a aposentadoria, quando ela trabalha na lavoura é um crime que deve ser imediatamente reparado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e nos termos do item V, do Art. 16, da Constituição Estadual, REQUER sejam solicitadas através do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, à Secretaria de Estado para Assuntos de Desenvolvimento dos Municípios, as seguintes informações:

- 1) O montante dos recursos aplicados pela Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, desde a sua fundação;
- 2) O montante dos recursos captados por aquela Secretaria no exterior, sua origem e aplicação;
- 3) Totais liberados para as diversas Prefeituras, especificando-os por Prefeituras;
- 4) Prestação de contas dos Municípios e mecanismos de controle: quais as Prefeituras que já prestaram contas e quais as que ainda não prestaram?

Sala das Sessões, em 07 de março de 1983.

(a) FIORI LUIZ

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 07/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — A Câmara Municipal de Campo Mourão, passa a contar, a partir da próxima Legislatura, com 13 (treze) Vereadores.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1983.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

A Lei Complementar n.º 2, de 18/06/73 — Lei Orgânica dos Municípios, estabelece no seu Art. 28 — parágrafo único, que o número de Vereadores, em cada Legislatura, será alterado por lei estadual tendo em vista o total de eleitores inscritos no município, até 180 dias antes das eleições municipais.

Atualmente, Campo Mourão, conforme a Certidão do Tribunal Regional Eleitoral, que anexamos ao presente, possui um número de 39.977 eleitores, o que, face à legislação estadual em vigor, proporciona a sua Câmara Municipal possuir uma composição de 13 vereadores, já que a própria lei estabelece a proporcionalidade, em número sempre ímpar, de um Vereador para cada três mil eleitores.

Nestas condições, com a documentação que anexamos, está comprovada a justeza da medida que ora propomos pelo plano de lei à consideração dos nobres Pares, com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

Para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Conforme promessa feita desta tribuna, voltamos a apresentar mais um pedido de informações ao BADEP - Banco de Desenvolvimento do Paraná. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado, através do Excelentíssimo Senhor Governador, ao Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A., o seguinte pedido de informações:

- 1) Qual o envolvimento do BADEP com a firma CASTELO S/A - Construções Metálicas e Equipamentos?
- 2) Qual o montante do empréstimo concedido pelo BADEP à mencionada firma?
- 3) Cópia do laudo ou estudo que deu origem ao financiamento em questão.
- 4) Qual a situação atual do relacionamento entre o BADEP e a CASTELO S/A?
- 5) Quais as garantias oferecidas ao BADEP para os empréstimos concedidos?

Sala das Sessões, em 07 de março de 1983.

(a) OSVALDO DE ALENCAR FURTADO”

Só para esclarecimento do Plenário, pelo que nós temos conhecimento, a transação efetuada entre o BADEP e a Castelo S/A, esta empresa estava em estado de falência até 30 de julho do ano findo de 1982. Entrou em concordata no dia 31/07/82 e 75 dias depois de um capital registrado e internalizado de 18 milhões de cruzeiros, passou a 965 milhões de cruzeiros. Então, daí a razão deste pedido de informações. Mas, gostaria de saber até onde vai o envolvimento do BADEP com esta empresa.

Esta é uma das razões por que formulamos este pedido de informações.

Cumprindo promessas de propostas nossas de campanha de que nesta Assembléia seríamos o porta-voz das camadas mais desassistidas, mais desfavorecidas pela sorte e desatendidas pelo Governo, nós hoje subimos a esta tribuna para fazer um apelo e uma solicitação ao Governo do Estado.

Não importa qual seja quando este chegar em suas mãos. Desejávamos apenas que o Senhor Governador do Estado atenda a esta solicitação, porque a fome e os miseráveis e os necessitados do Paraná e no Brasil têm se multiplicado de maneira assustadora. E as entidades de assistência social, as entidades que têm

permanentemente suas mãos estendidas para amparar e assistir os necessitados, precisam ser vistas pelo Governo com mais amor, com mais carinho e com mais atenção para com os seus problemas.

Aproveitando, ainda, Sr. Presidente, apresentarei outro requerimento. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando as atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado do Paraná, encarecendo urgentes providências no sentido de utilizar as medidas cabíveis no sentido de determinar por Lei o não lançamento de taxas referentes a consumo de Energia Elétrica e Águas e Esgotos, incidentes sobre entidades de Assistência Social que se dediquem ao amparo à infância, velhice e deficientes físicos e que sejam declaradas como de utilidade pública.

Com a presente medida proposta, estar-se-á minorando o sofrimento financeiro hoje atravessado por entidades que realmente auxiliam o Estado a desenvolver suas metas constitucionalmente obrigatórias de zelar pela infância e pela velhice desamparadas.

Embora mínima, neste aspecto, a contribuição do Estado, esta isenção pretendida virá proporcionar às entidades aludidas, a utilização de seus recursos próprios, na aquisição de alimentos e vestuários aos seus assistidos.

Outrossim, requer o envio ao Sr. Governador do Estado, do inteiro teor deste requerimento.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1983.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO”

Era só, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): “Ao ocupar pela vez primeira esta tribuna parlamentar, cabem algumas palavras para registrar nossa satisfação em fazermos parte desta Casa, de tantas e tão dignas tradições; a satisfação de poder formar ao lado dos nobres Deputados que compõem a nossa Assembléia Legislativa; satisfação de vir trazer a nossa contribuição pessoal na tarefa, que nos é comum, a tarefa de trabalhar pelo povo do nosso Estado.

Aqui venho como homem do povo, pessoa simples que sempre fui e haverei de continuar sendo; venho como profissional da comunicação, como homem de radiodifusão no Paraná; aqui venho pela vontade do meu povo, pela vontade de mais de cem mil paranaenses.

Venho, afinal, somar com os demais Deputados desta Casa, e peço que Deus me dê saúde, força, compreensão e discernimento para cumprir exemplarmente esta missão.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vive nosso País mergulhado nos mais diversos tipos de problemas que nossa população, por decorrência de perspectivas tão sombrias, deixa passar despercebidos chamamentos à reflexão, ao diálogo, ao debate.

É o que vemos ocorrer nestes dias com a CAMPANHA DA FRATERNIDADE que aborda o tema “Fraternidade Sim, Violência Não”, de extraordinária oportunidade. Os problemas da violência são tão amplos e de conotações tantas que devemos aproveitar o ensejo que nos é dado pela Campanha da Fraternidade para o debate mais intenso, para a discussão menos estéril sobre a questão, que nos afeta tanto como um todo na sociedade, quanto particularmente como indivíduo.

Afinal, o que é a violência? Causa ou efeito? A violência

é causa e efeito, e como ambos é terrível, mas a estamos combatendo apenas como efeito, deixando que a causa, disfarçada por mil nomes diferentes, continue gerando malefícios à sociedade. E qual erva daninha, cada semente que cai na terra gera milhares de outras, numa progressão fantástica. Por isso vivemos hoje numa sociedade amedrontada, acuada por esse monstro que não somente nos ataca externamente como se inocula em cada um de nós, contaminando a todos qual vírus mortal.

Outro aspecto grave no contexto da violência é que embora conhecidas as causas elas não estão sendo atacadas; até ao contrário, são realimentadas, pois diariamente assistimos a tomada de decisões e medidas que servem para apressar a explosão do germe que vive em cada membro desta sociedade.

É necessário repetir aqui os tipos de violência mais comum e que mais prejuízo causam ao homem e à sociedade, mas é válido lembrar que há uma preocupação direta com a violência física, com os danos ou atentados ao patrimônio. Esses efeitos originam-se em causas menos visíveis, e, por isso, contra elas pouco se faz ou pouca atenção se dispensa ao problema.

Relaciona a CNBB a VIOLENCIA DIVULGADA, que nos é mostrada com o fim, talvez, de desviar nossa atenção; a VIOLENCIA SILENCIADA OU ABAFADA, são as muitas injustiças e violação aos direitos do povo, a iniquidade social; a VIOLENCIA ESCANDALOSA que é a própria exibição da violência na qual se inclui até a propaganda de bens supérfluos e luxuosos, veiculando um espírito de consumismo irresponsável entre os ricos e causando frustrações sem saída nas classes pobres; a VIOLENCIA OCULTADA, que é a violência contra os negros, contra os índios, contra a mulher e principalmente as violências políticas. Nota-se, portanto, que a injustiça assume diferentes manifestações que por sua vez provocam reações violentas.

A mais elementar forma de violência começa com a violação dos direitos humanos, com o desrespeito à dignidade da pessoa.

Quando se sabe que toda a pessoa humana tem, entre seus direitos, o direito a trabalhar e a educar-se, é que se percebe onde começa a violência.

Não são vítimas somente aqueles que perecem no trânsito, nos acidentes do trabalho; há também, as vítimas das condições miseráveis dos barracos, da alimentação pobre, da água poluída, da falta ou má aplicação de remédios. Sofrem violência os menores abandonados pelos pais e pela sociedade; os adultos que já anos quarenta anos não mais são admitidos em empregos para os quais têm ainda toda a capacidade.

E o que dizer da violência carcerária, nos presídios onde os internos levam uma vida animal, fazendo com que o cumprimento da pena perca o sentido de recuperação? O que se pode esperar do apenado que depois de cumprir seu tempo sai do presídio sem documento e sem esperança alguma de encontrar um emprego?

Buscar causas e responsáveis pela violência não é difícil, porque nada disso está oculto. Ação que demanda esforço e boa vontade é a redução da violência aos níveis mínimos possíveis.

Todos sabemos os meios. Precisamos definir a forma de ação. Suprimindo a injustiça social e aliviando a pressão econômica estaremos no caminho certo; importa discutir e aplicar as formas para alcançar esses objetivos. Promover a educação, satisfazer as necessidades básicas a que cada um tem direito, respeitar a dignidade da pessoa humana também são meios de erradicar a violência. Todos os meios a nosso alcance devem ser colocados em ação.

Há imperiosa necessidade de criar em todos uma consciência de não-violência, ressaltando o amor e a fraternidade, buscando compreensão.

A par disso, promover a justiça social; a equânime distribuição da renda para que cada brasileiro possa desfrutar as ri-

quezas produzidas; e preservar os direitos humanos são meios de conter e até reduzir a incidência da violência social.

A Campanha da Fraternidade não nos chama apenas à reflexão, mas também à discussão e ao exercício de uma ação efetiva que conduza, pela não violência, a resultados práticos contra este mal terrível, com o qual não podemos conviver.

Desejo, Srs. Deputados, que a Campanha da Fraternidade seja um ponto de partida para tomada de posição. Ela é uma contribuição; devemos todos nos engajar nessa cruzada, não somente durante a quaresma, mas permanentemente, porque **VIOLÊNCIA MAIOR ESTAREMOS COMETENDO SE FECHARMOS OS OLHOS A ESTE GRAVÍSSIMO PROBLEMA.**

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — No horário destinado às Lideranças, consulto à Liderança do PDS, se deseja fazer uso de seu horário. (Declina).

Consulto à Liderança do PMDB; Sr. Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nos últimos dias 4 e 5, estivemos em Florianópolis, representando a Bancada do PMDB. Estivemos juntos com o Sr. Presidente, Trajano Bastos, e o Líder do PDS, Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

Apresentamos um documento, naquela ocasião, aprovado pelos ilustres Deputados de outras bancadas, de todos os partidos do País inteiro.

Na mesma ocasião, apresentamos, também, requerimento aprovado por unanimidade, "que o assunto **reforma tributária** seja, a partir de agora, na União Parlamentar Interestadual, um tema permanente para discussão em todas as reuniões daquela entidade". (Lê):

"Em nome da Liderança do PMDB, na Assembléia Legislativa do Paraná, queremos manifestar a nossa satisfação em comparecer a esta reunião, destinada ao debate de problemas comuns, de interesse de outros Estados, que reclamam solução urgente. O principal deles, sem dúvida, diz respeito à realização de uma reforma tributária, que contemple os Estados e municípios, devolvendo-lhes indispensável autonomia política e administrativa, e, restabelecendo, por esta via, o espírito federativo. Vale dizer que, sem uma ampla reforma tributária, não haverá democracia neste País.

E, sobre isto, já existe um consenso nacional, pois também é nacional o clamor pela reforma tributária.

Por estas razões, não desejamos nos alcançar e nem nos alongar sobre os aspectos doutrinários desta reforma, mas apenas abordar alguns pontos, a fim de assinalar a nossa contribuição na discussão e encaminhamento desse grande tema, a começar pelas distorções sofridas pelo ICM nos últimos quinze anos.

Vou citar aqui dois exemplos desse levantamento que fizemos, da gravidade das distorções com relação ao ICM. São isentos do ICM: refeições em hotéis e restaurantes, e é tributada a refeição pronta para operários. As revistas pronográficas são isentas do ICM e o material escolar é tributado pelo ICM. Desce aqui ainda uma relação, que entraríamos aqui pelo setor da agricultura, pelo setor do comércio em geral, mas peço a benevolência da Casa que faça publicar na íntegra esta parte desses dados e desses levantamentos que acabamos de fazer.

O ICM foi completamente desfigurado em suas finalidades, embora tenha concebido como alimentador de recursos nos Estados e Municípios e transformou-se em instrumento de política econômica, originando-se aí as isenções que o Secretário da Fazenda sempre quis eliminar.

Em 68 foram isentos todos os produtos industrializados exportados, os gêneros de primeira necessidade e muitos outros. Com isso, os Estados deixaram de recolher de 30 a 50% do chamado campo tributário. O que levou a Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul a elaborar um estudo, demons-

trando que em muitos casos, os custos das isenções não justificam os benefícios.

O grande esvaziamento dos recursos dos Estados e Municípios porém, começou com a criação do PIS - Programa de Integração Social. Também incidentes sobre as vendas e com a justificativa de não onerar mais as empresas, o Governo Federal reduziu o ICM de 17 para 14%, no Sul e Sudeste, e de 18 para 15%, no Nordeste. Isto nas regiões, lembrando que foi exatamente no período de 71 a 76, ficando ainda a diferença deste resultado, desta receita cobrada a favor do PIS.

A União atualmente está com 12 (doze) impostos. Os Estados com 2 (dois) e os Municípios também com 2 (dois), sem falar na Taxa Rodoviária Única que é uma das maiores fontes de Receita do Governo Federal.

A maioria dos Estados hoje e os Municípios, não têm sequer condições de cobrir as despesas com pessoal, com o produto da arrecadação dos seus recursos próprios e como demonstrou CPI da Câmara Federal no ano de 75 que estudou a causa do empobrecimento dos municípios e Estados, ou seja, naquela ocasião, chegou à seguinte conclusão: a inflexibilidade das alíquotas dos tributos estaduais, cujo teto é fixado pela União, cerceia a autonomia administrativa e o exercício de uma política adequada às peculiaridades regionais e locais.

Enquanto isso, a União habituou-se a surpreender os contribuintes de todo o País, com sucessivos pacotes fiscais, ora majorando as alíquotas do Imposto de Renda, instituindo aí a correção monetária, ou ora criando também, tributos que imediatamente geram uma onda de protestos por toda a parte. Não são surpresas agradáveis. A última alteração na sistemática do Imposto de Renda é a dotada em novembro de 1.982, - deve gerar recursos adicionais para o Governo Federal da ordem de trezentos e noventa bilhões de cruzeiros neste exercício de 1983.

Com o FINSOCIAL instituído em agosto de 1.982, outros quinhentos bilhões de cruzeiros foram amealhados pelo Governo Federal, sendo apenas uma parcela insignificante, transferida aos Estados.

E agora, simultaneamente à tragédia da maxi-desvalorização do cruzeiro, a nossa moeda que sofreu 30% do seu percentual perante o dólar norte-americano, o Governo Federal, adotou mediante a simples Resolução nº 800, do Banco Central, datada de 21 de janeiro de 1.982, o Imposto sobre Exportação de Produtos Primários que, incluindo o confisco cambial do café, deve render outros quinhentos bilhões de cruzeiros, deste exercício.

Com a maxi-desvalorização é evidente que os preços dos artigos essenciais vão subir. As tarefas dos serviços públicos, o telefone, a luz, a água, o transporte coletivo serão majorados, a gasolina será aumentada e a inflação vai disparar enquanto aumenta o desemprego e as dificuldades das classes trabalhadoras.

A Receita da União, como já vimos, continua crescendo na mesma proporção dos lucros do sistema bancário, enquanto os Estados e municípios se descapitalizam. Isto sem descortinar no horizonte nenhuma expectativa de melhores dias. A Região Sul sofre com isso, como sofrem todos os Estados brasileiros. Quanto mais afundamos num poço sem fundo, no F.M.I., mais sentimos os efeitos da recessão. Os cortes do crédito agrícola, absoluta falta de assistência às atividades comerciais e industriais, que a cada dia constata a concorrência desleal de poderosos grupos multinacionais.

Eis porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, independente e acima de injunções partidárias, acreditamos ser chegada a hora de uma mobilização geral, para que os Estados e Municípios tenham participação expressiva no produto da arrecadação do FINSOCIAL e do Imposto sobre Exportação de Produtos Primários, para que esses recursos sejam aplicados em benefício de nossas populações e para que elas possam readquirir

a confiança nos homens públicos e produzir ainda mais pelo progresso do País.

Precisamos de mais escolas, maior produção agrícola e industrial, melhor assistência médica e social, mais habitações e melhores condições de transportes, além da maior oferta de empregos. E precisamos ainda, restaurar a autonomia dos Estados e municípios, restabelecendo o princípio de harmonia e igualdade entre as diversas esferas do Poder, o que constitui, a base de um regime que todos desejamos: seja efetivamente livre, democrático e soberano".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO: — DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 126/82 — **VETO PARCIAL** aposto pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado (Mensagem n.º 152/82), ao Projeto de Lei n.º 120/82, que dá nova redação a dispositivos da Lei n.º 7.567 com as providências que especifica. (Lei 7.567, de 08.01.82 — Cria Carteira de Previdência dos Servidores do Poder Judiciário), Com **PARECER** da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário, por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (**Pela ordem**) — Solicito verificação de votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — (**Pela ordem**) — Sr. Presidente, na Sessão anterior que não foi presidida por Vossa Excelência, eu já requeria à Mesa, que informasse o Plenário de como ele deve se conduzir para manter ou derrubar o veto. Porque está se discutindo, se está votando o veto, manutenção do veto ou rejeição do mesmo. Entendo que a Mesa deve orientar o Plenário no sentido de como ele deve se conduzir para manter o veto ou para rejeitá-lo. Vossa Excelência colocou em discussão o projeto; pode ser a forma correta, mas o Plenário tem que ser informado como deve se conduzir para derrubar o veto ou aprová-lo. Neste sentido, apenas.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Pois não. A Presidência atende a Vossa Excelência e esclarece que uma vez aprovado o projeto, estará conseqüentemente rejeitando o veto.

Passarei a ler, para orientação do Plenário e atendendo a Vossa Excelência, o artigo 28, parágrafo 3.º, da Constituição do Estado do Paraná que diz o seguinte:

"Comunicado o veto ao Presidente da Assembléia Legislativa, será o projeto submetido à uma única discussão, considerando-se o mesmo aprovado se obtiver o voto de dois terços dos Deputados presentes em votação pública." Neste caso, será o projeto enviado ao Governador para promulgação.

De modo que esta Presidência colocará em votação o projeto.

O SR. NILSO SGUAREZI (**Pela ordem**) — Data vênha, o projeto já foi aprovado. Foi sancionado em parte. Está se discutindo o veto do Sr. Governador; porque se o Sr. Governador não vetasse, o projeto não retornaria mais a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência esclarece a Vossa Excelência que uma vez aprovado o projeto

na forma como veio, estará conseqüentemente rejeitado o veto.

Está, atendendo a verificação de votação, o projeto.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, permita-me a insistência. Gostaria que Vossa Excelência dissesse ao Plenário, porque Vossa Excelência disse uma coisa, mas anteriormente afirmou outra. Se para manter o veto os Srs. Deputados devem votar favoravelmente ou ao contrário.

É apenas uma questão de deixar a matéria bem clara, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Vossa Excelência quer saber para se derrubar o veto como é que o Deputado deve proceder?

Neste caso, rejeita-se o projeto e mantêm-se o veto.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (**Pela Ordem**) Vossa Excelência colocou pela ordem inversa o requerimento?

O SR. PRESIDENTE — Atendendo a solicitação de Vossa Excelência na verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Gostaria que, diante destas dúvidas, Vossa Excelência repetisse a votação.

(A dúvida é levantada pelo Líder do PMDB)

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Esclareço a Vossa Excelência que a Presidência colocou em votação o Projeto de Lei n.º 120/82.

Nestas condições, esclarece o seguinte: os Srs. Deputados que querem e que pretendem derrubar o Projeto e manter o veto de Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, devem votar contrariamente ao Projeto de Lei 120/82.

Está em votação. Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto, queiram levantar-se.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Pela Ordem, Sr. Presidente.

Realmente, esta colocação está criando uma certa polêmica em Plenário. Vossa Excelência está colocando em votação, no meu entendimento, da seguinte forma: os Deputados que aprovam o projeto, repetam o veto.

O SR. PRESIDENTE — Esclareço a Vossa Excelência, que estou colocando em votação o Projeto, conforme o artigo 28 da Constituição do Estado do Paraná, no seu parágrafo terceiro. Se Vossa Excelência quiser, repetirei o que diz o citado artigo.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Eu só gostaria que Vossa Excelência, por obséquio, definisse novamente o critério de votação. Aqueles que votam pela manutenção do veto, votam pela aprovação do projeto?

O SR. PRESIDENTE — Aqueles que votarem pela manutenção do veto, deverão votar contrariamente ao projeto.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Pela rejeição do projeto?

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Aqueles que votam pela rejeição do projeto, estarão mantendo o veto.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Perfeito. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Esta Presidência vai colocar novamente em votação o Projeto de Lei 120/82. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Dois Srs. Deputados aprovam; 28 rejeitam. Conseqüentemente, está **rejeitado o projeto e mantido o veto.**

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Ferreira Lúcio,

ocorrido na cidade de Ubatã. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia de Almeida Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex aos Srs. Ministro da Fazenda e Secretário da Receita Federal em Brasília, no sentido de que seja mantida em funcionamento a Agência da Receita Federal em Ubatã. — **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, através do Sr. Governador do Estado, à Secretaria de Estado para Assuntos de Desenvolvimento dos Municípios, informações sobre o montante dos recursos aplicados pela Secretaria, desde a sua fundação, e o montante dos recursos captados e totais liberados e demais itens. - Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Diretor do Jornal "Diário Popular", Dr. Abdo Aref Kudry, pelo 20.º aniversário do referido jornal. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia de Almeida Hruschka, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Câmara Federal, ao Senado e aos Srs. Ministros da Justiça e Previdência Social, encarecendo aos mesmos a necessidade de se elaborar lei concedendo a aposentadoria à mulher que trabalha na lavoura. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, lido da tribuna, solicitando o envio de informações, através do Sr. Governador do Estado, ao Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A, sobre qual o envolvimento do BADEP com a firma CASTELO S/A Construções Metálicas e Equipamentos. — Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, visando providências no sentido de determinar por lei o não lançamento das taxas referentes a consumo de energia elétrica a águas e esgotos, incidentes sobre entidades de assistência social que se dediquem ao amparo à infância, velhice e deficientes físicos e que sejam declaradas de utilidade pública. — Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Para encaminhar). Sr. Presidente. Não há que se questionar a validade da proposta pelo nobre Deputado Alencar Furtado.

Tal solicitação que Sua Excelência apresenta a esta Casa, já foi objeto de pedido no mesmo sentido na legislatura passada do nobre Deputado Ezequias Losso.

À vista de solicitações de trabalhos intensos na legislatura passada, passou-se a discutir o assunto também a nível de CCJ. Recordo-me que alguns eminentes Deputados, no passado, chegaram até a apresentar projeto de lei neste sentido, como o Deputado Osvaldo Macedo e outros Deputados desta bancada.

Infelizmente, pelo vício da inconstitucionalidade, não foi possível transformar um justo anseio, hoje revelado pelo Depu-

tado Alencar Furtado, em realidade concreta.

Entretanto, esta bancada, sensível há muito tempo a este problema, vota favoravelmente à solicitação do Deputado Alencar Furtado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Continua em votação o requerimento do Deputado Alencar Furtado. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, encarecendo a imediata interdição do tráfego na Rodovia do Café, em função das péssimas condições daquela via. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando o envio de expediente às Lideranças do Paraná junto à Câmara Federal, ao Sr. Ministro da Fazenda e Secretário da Receita Federal, encarecendo que os mesmos intercedam junto à Receita Federal em Brasília, no sentido de que sejam mantidas as agências da Receita nos Municípios de Ubatã, Assaí e Pitanga. — **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao menor Rodrigo Farias, de dez anos de idade, pela conquista do título de campeão na categoria de duplas masculinas, no IV Torneio Mundial de Tênis (pré-infantil), realizado recentemente em Caracas. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando pedido de informações ao Sr. Presidente do Banco de Desenvolvimento do Paraná sobre operação de crédito ou empréstimo, ou mesmo repasse de valores, à Empresa SERVIX Engenharia S/A, operação esta realizada em dólares, tendo como agente financeiro o Brasilinvest. - Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO — Para discutir.

O SR. ALENCAR FURTADO — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Encerrada a discussão..

O SR. ALENCAR FURTADO — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Vossa Excelência pede a palavra para discutir o requerimento? Vossa Excelência tem a palavra para discutir.

O SR. ALENCAR FURTADO — A palavra é sua, nobre Líder do PDS. Vossa Excelência se antecipou e a vez é sua.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Solicitei a palavra para encaminhar a votação. Sua Excelência o Deputado Alencar Furtado, para discutir a votação. Nos termos regimentais, Sua Excelência tem a preferência.

O SR. PRESIDENTE — Consulto o Deputado Alencar Furtado, se pretende discutir.

O SR. ALENCAR FURTADO — Retiro a discussão e inscrevo-me para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Em votação. Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência não concederá a palavra ao Deputado Alencar Furtado para discutir a matéria, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE — O Deputado declinou e a Mesa encerrou a discussão, concedendo a palavra para encaminhar a votação.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Parece-me, Sr. Presidente, que o Deputado Alencar Furtado não declinou da palavra.

Sua Excelência inscreveu-se para discussão e depois para encaminhamento da votação.

O SR. ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, talvez por não estar muito afeito à tramitação dos debates nesta Casa, tenho usado a terminologia não correta, mas a minha intenção era de inscrever-me para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está em votação, e consulto o Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira se deseja encaminhar a votação da matéria.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Desejo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está com a palavra o Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente. Sua Excelência o Deputado Alencar Furtado pretende, através de uma maneira hábil desta Casa, obter algumas informações a respeito de uma operação feita por um estabelecimento bancário brasileiro e avalizado pelo BADEP com a empresa SERVIX Engenharia S/A, que executa uma obra no Estado do Paraná, a construção de uma das linhas de transmissão de Itaipu.

A Bancada do PDS, Sr. Presidente, nesta Casa, pretende aprovar todos aqueles pedidos de informação que possam causar qualquer celeuma na opinião pública.

E Sua Excelência o Deputado Alencar Furtado, já promoveu esta celeuma na opinião pública, através de noticiário a respeito do assunto.

Portanto, o nosso voto será favorável.

Amanhã terei oportunidade de discutir um outro pedido de informações de Sua Excelência o Deputado Alencar Furtado. Mas gostaria que Sua Excelência também estendesse este pedido de informações para uma outra operação efetuada pelo BADEP, no passado, e que também causou muitas dúvidas na opinião pública do Paraná.

É uma operação de crédito do BADEP feita para um frigorífico que pretendia se instalar em Maringá, e cujos principais acionistas são pessoas conhecidas da vida política e empresarial do nosso Estado.

Portanto, declaro neste momento, Sr. Presidente, o voto favorável da Bancada do PDS na certeza de que aquele Banco não tem nada a esconder a respeito da operação que Sua Excelência pretende levantar.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Continua em votação.

O SR. ALENCAR FURTADO — (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para esclarecer melhor os Srs. Deputados, dos motivos desta solicitação deste requerimento de informação.

É apenas porque chegaram ao nosso conhecimento, informações que pretendemos confirmar, de que esta operação foi realizada obtendo como segurança, como garantia do empréstimo em dólares, um maquinário velho e maquinário mesmo que fosse novo, se desgastaria permanentemente, conquanto o dólar permanentemente cresce de valor.

Então, para conhecimento, o BADEP recebeu como garantia, segundo informações que pretendemos sejam oficiais, 36 máquinas, sendo quatro as mais novas, do ano de 77; depois quatro de 76; seis de 74; uma de 73; vinte, de 1972; outra de 1971, perfazendo a soma de trinta e seis máquinas, das quais as mais novas, que são quatro, do ano de 1977.

Destas máquinas, quatro se encontram no Estado do

Pará, dezessete no Estado da Bahia, cinco no Estado do Mato Grosso e dez no Estado de São Paulo. É apenas para verificar que um empréstimo feito em dólar, como garantia de um maquinário que teria que ser removido para o Paraná, de uma maneira muito difícil de ser transportado, porque são todas máquinas pesadas, realmente é de muito se suspeitar da credibilidade desta segurança de máquinas num empréstimo feito em dólares.

Mesmo assim, sob os critérios da maior boa vontade, ao se fazer ou ao se avaliar desse maquinário, ele não chegaria sequer à casa de um bilhão de cruzeiros, e a avaliação que tenho em mãos, feita por engenheiro competente, conhecedor do tipo, modelo e ano das máquinas, chega no máximo a 970 milhões de cruzeiros.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela Ordem) Sr. Presidente, e eu precisaria saber, não sei o Regimento Interno, estou há pouco tempo nesta Casa, não sei se o Deputado deve falar em pé ou sentado, porque não sabemos qual seria o Regimento Interno.

Queria que Vossa Excelência só me observasse isso, e agradeceria de antemão.

Muito obrigado, meu Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Solicitaria ao Deputado que está com a palavra, que faça a defesa do seu requerimento, em pé, conforme determina o Regimento Interno da Casa.

O SR. ALENCAR FURTADO — Para mim será sempre um prazer estar em pé perante os meus companheiros e perante este Poder.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. As razões do requerimento estão bem claras e desejo apenas apresentar ao nobre Líder do PDS a nossa posição. É de enfrentar e procurar descobrir todos os corruptos que de uma forma ou de outra estejam engajados no Poder ou deles se beneficiando. A mim não interessa a cor político-partidária. A mim só interessa o bem estar da coletividade do Estado do Paraná.

Se alguma denúncias Vossas Excelências tiverem, que envolvam pessoas aliadas ao meu Partido, este Deputado tem o compromisso de lisura, principalmente para com o povo do Paraná, tenho o compromisso de honestidade e de luta para que se restaure a credibilidade da administração pública do Paraná e do Brasil.

Por conseguinte, o requerimento que hoje defendo no encaminhar da votação, é apenas um requerimento de dados e documentação que me chegou às mãos, mas eu, como o ilustre Líder do PDS já se postulou a favor do meu requerimento, pode ficar certo Vossa Excelência, eu estarei permanentemente votando, a favor de todo o pedido de informações que venha realmente sanar dúvidas e se possa realmente dar aninhamento para que o Paraná seja um Estado visto no conceito da União como um Estado que vai postular os princípios da moralidade pública, da lisura e do equilíbrio administrativo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Continua em votação o requerimento do Deputado Alencar Furtado. Em votação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Ministro da Previdência Social, solicitando providências no sentido de apurar irregularidades praticadas pela Superintendência do IAPAS, no Município de Toledo. — **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.^{os} 87 e 111/82.

Levanta-se a Sessão.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO – CONTADORIA GERAL
BALANCETE DO MÊS DE DEZEMBRO DE 1982

A T I V O		P A S S I V O	
LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS			
DISPONÍVEL		PESSOAL	
201.101 – Tesouraria	88.435.560,15	201.101 – Venc. e Vantagens Fixas	989.222.201,80
		211.102 – Desp. Variáveis C/P/Civil	- 0 -
		211.103 – Contribuições de Prev. Social	32.379.384,67
EXECUÇÃO DA DESPESA		211.104 – Outras Obrigações Patronais	312.165.599,04
202.111.11 – Venc. e Vantagens Fixas	989.222.201,81	211.105 – Inativos	95.564.168,80
202.111.12 – Desp. Variáveis C/P/Civil	- 0 -	211.106 – Pensionistas	6.579.596,00
202.111.21 – Contribuições de Prev. Social	- 0 -	211.107 – Salário-Família	711.107,27
202.111.22 – Outras Obrigações Patronais	32.379.384,67	211.108 – Outras Transf. a Pessoas	1.436.622.057,58
202.112 – Material de Consumo	32.529.657,74	OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	
202.113 – Serviços de Terceiros e Encargos	344.887.125,86	211.201 – Material de Consumo	31.949.657,74
202.114 – Desp. dos Exerc. Anteriores	746.087,79	211.202 – Serv. de Terceiros e Encargos	340.181.125,86
202.121 – Subvenções Sociais	61.435.000,00	211.203 – Desp. dos Exc. Anteriores	746.087,79
202.122.1 – Inativos	312.105.599,04	211.204 – Subvenções Sociais	61.435.000,00
202.122.2 – Pensionistas	95.564.168,80	211.205 – Apoio Financeiro a Estudantes	11.533.820,00
202.122.3 – Salário-Família	6.579.596,00	211.206 – Assist. Médico-Hospitalar	14.234.000,00
202.122.4 – Apoio Financeiro a Estudantes	11.533.820,00	CAPITAL	
202.122.5 – Assist. Médico-Hospitalar	14.234.000,00	211.301 – Obras e Instalações	72.120.786,60
202.122.6 – Outras Transferências a Pessoas	711.107,27	211.302 – Equip. e Material Permanente	3.600.000,00
202.131 – Obras e Instalações	87.546.000,00	CREDITORES	
202.132 – Equip. e Material Permanente	3.424.786,60	212.101 – Despesas Empenhadas	106.944.423,45
		213.101 – Despesas Processadas	- 0 -
		213.20 – Folha de Pagamento	- 0 -
		213.30 – Restituições	142.626,62
CONTAS PENDENTES		CONTAS PENDENTES	
		215.101 – Outras Contas Pendentes	843.225,14
		RESTOS A PAGAR	
203.101 – Despesas Diferidas	- 0 -	216.10 – Empenhadas	1.324.082,94
203.201 – Outras Contas Pendentes	282.798,00	216.209 – Processadas Creditores	- 0 -
		216.30 – Cred. em Consignações	- 0 -
		216.405 – Procces. Folha de Pagamento	1.324.082,94
		CREDITORES DIVERSOS	
		217.10 – Consignações	109.254.358,15
TOTAL DO ATIVO	2.081.676.893,72	TOTAL DO PASSIVO	2.081.676.893,72

(a) DIRETOR FINANCEIRO

(a) CONTADOR GERAL

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO", em 29 de dezembro de 1982.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO – CONTADORIA GERAL
BALANCETE DO MÊS DE JANEIRO DE 1983

A T I V O		P A S S I V O	
DISPONÍVEL		LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS	
201.101 – Tesouraria	66.497.689,06	PESSOA L	151.320.000,00
EXECUÇÃO DA DESPESA		211.101 – Venc. e Vantagens Fixas	- 0 -
202.111.11 – Venc. e Vantagens Fixas	151.555.590,10	211.102 – Desp. Variáveis C/P/Civil	- 0 -
202.111.12 – Desp. Variáveis C/P/Civil	- 0 -	211.103 – Contribuições de Prev. Social	2.830.000,00
202.111.21 – Contribuições de Prev. Social	- 0 -	211.104 – Outras Obrigações Patronais	45.040.000,00
202.111.22 – Outras Obrigações Patronais	6.072.029,24	211.105 – Inativos	12.880.000,00
202.112 – Material de Consumo	2.204.420,00	211.106 – Pensionistas	930.000,00
202.113 – Serviços de Terceiros e Encargos	33.849.786,00	211.107 – Salário-Família	- 0 -
202.114 – Desp. dos Exerc. Anteriores	1.094.430,12	211.108 – Outras Transf. a Pessoas	213.000.000,00
202.121 – Subvenções Sociais	9.280.000,00	OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	
202.122.1 – Inativos	45.021.236,95	211.201 – Material de Consumo	2.000.000,00
202.122.2 – Pensionistas	12.537.514,00	211.202 – Serv. de Terceiros e Encargos	18.320.000,00
202.122.3 – Salário-Família	920.496,00	211.203 – Desp. dos Exerc. Anteriores	400.000,00
202.122.4 – Apoio Financeiro a Estudantes	- 0 -	211.204 – Subvenções Sociais	9.280.000,00
202.122.5 – Assist. Médico-Hospitalar	- 0 -	211.205 – Apoio Financeiro a Estudantes	- 0 -
202.122.6 – Outras Transferências a Pessoas	- 0 -	211.206 – Assist. Médico-Hospitalar	30.000.000,00
202.131 – Obras e Instalações	- 0 -	CAPITAL	
202.132 – Equip. e Material Permanente	30.000,00	211.301 – Obras e Instalações	- 0 -
CONTAS PENDENTES		211.302 – Equip. e Material Permanente	- 0 -
203.101 – Despesas Diferidas	20.536.000,00	CREDITORES	
203.201 – Outras Contas Pendentes	282.798,00	212.101 – Despesas Empenhadas	279.490,15
TOTAL DO ATIVO		213.101 – Despesas Processadas	11.320.984,13
		213.20 – Folha de Pagamento	1.381.313,10
		213.30 – Restituições	142.626,62
		CONTAS PENDENTES	
		215.101 – Outras Contas Pendentes	1.204.624,44
		RESTOS A PAGAR	
		216.10 – Empenhadas	91.648.162,26
		216.208 – Processadas Creditores	904.788,77
		216.30 – Cred. em Consignações	- 0 -
		216.405 – Proces. Folha de Pagamento	92.552.951,03
		CREDITORES DIVERSOS	
		217.10 – Consignações	- 0 -
TOTAL DO ATIVO		TOTAL DO PASSIVO	349.881.989,47
	349.881.989,47		106.881.989,47

(a) DIRETOR FINANCEIRO

(a) CONTADOR GERAL